

IGREJA E GLOBALIZAÇÃO: PERSPECTIVAS TEOLÓGICAS PARA AÇÃO DA IGREJA NO MUNDO GLOBALIZADO¹

Alexander De Bona Stahlhoefer²

RESUMO

O presente artigo discute os efeitos da globalização em perspectiva bíblica e teológica. Sob o ponto de vista evangélico-luterano e com abertura ecumênica os efeitos negativos da globalização são analisados na busca por impulsos para a construção de uma práxis eclesial mais próxima às necessidades do planeta. A diaconia desponta como a chave para um agir em amor por parte da Igreja Cristã como corpo unido.

Palavras chave: globalização; economia; diaconia; dignidade humana; criação.

INTRODUÇÃO

O que a teologia tem a ver com assuntos como economia, ecologia, ou mesmo política? A teologia é um falar de Deus. Falamos de Deus por-

¹ Este artigo é uma versão levemente modificada e ampliada do terceiro capítulo do documento KANG, T. H., STAHLHOEFER, A. B. **Posicionamento da IECLB sobre globalização e justiça econômica.** (material não publicado).

² Bacharel em Teologia pela Faculdade Luterana de Teologia (FLT) e Missionário da Missão Evangélica União Cristã (MEUC), entidade missionária inserida eclesialmente na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Reside em Timbó/SC. E-mail: alexander.stahlhoefer@meuc.org.br

que cremos nele. E nossa fé é fruto da sua autorevelação em Jesus Cristo, e não dos nossos esforços intelectuais. Por isto nós somos objetos da teologia, pois primeiramente é Deus quem fala a nós e nos imputa a fé, a qual respondemos em gratidão com nosso louvor e com frutos da graça. Esta gratidão, louvor e frutos, em nós produzidos pelo agir de Deus, serão articulados em nossa realidade eclesial e social, sem com isso estar desconectada do corpo de Cristo que é universal, e justamente nisto reside o caráter global da fé cristã. Somos uma só Igreja Cristã, temos uma só fé em um só Cristo, fomos batizados num só Corpo, e um só Espírito de Deus dirige a Igreja (Ef 4.4-6).

Por outro lado, a teologia precisa responder as questões colocadas pelo contexto em que está localmente inserida, percebendo as dores dos mais fracos de forma a conclamar o corpo para sofrer junto com aquele membro que está sofrendo (1Co 12). Por isto, a globalização traz um desafio ecumênico para a Igreja. Nossa proposta é refletir teologicamente, a partir da nossa realidade eclesial e social brasileira, tendo em vista a realidade global e ecumênica, a realidade da criação e a realidade do corpo universal de Cristo.

1 BREVE ANÁLISE DO PROCESSO GLOBALIZATÓRIO

O processo de globalização não é um fenômeno surgido há alguns anos atrás como o senso comum imagina. Em tese globalização é “a integração de economias nacionais à economia internacional através de comércio, investimento direto externo (por corporações e multinacionais), fluxos de capital de curto prazo, fluxos internacionais de trabalhadores e pessoas em geral, e fluxos de tecnologia.”³ Globalização é um processo que se desenvolveu, e continua se desenvolvendo, em ondas. Segundo Lindert e Williamson em três ondas: 1870-1914, 1950-1970, 1980-2000⁴. A primeira onda (1870-1914) foi marcada pelo fluxo migratório da Europa para os continentes coloniais (prioritariamente América). Com isto os sa-

lários, a condição de vida e as desigualdades na Europa melhoraram, porém pioraram nas colônias. No período de 1914 a 1950 o processo sofre retração. Ocorrem as duas grandes guerras mundiais, há um forte bloqueio para o fluxo entre as nações, além do protecionismo. De maneira geral dentro dos países a desigualdade foi menor, embora tenha havido exceções. A segunda onda (1950-1970) foi marcada por forte desenvolvimento comercial e fluxo migratório. A Europa se reconstrói e o processo de abertura das economias está iniciando. A desigualdade neste período não está dentro dos países, mas entre os países. A terceira onda (1980-2000) é mais conhecida como a da globalização neoliberal. A abertura comercial foi conjugada à redução na cobertura social. Período marcado por crises de petróleo, estagflação, problemas sociais, protestos de trabalhadores. A economia neoliberal gerou ganhadores e perdedores, um exemplo: os setores menos competitivos sofreram grandes perdas, enquanto os setores exportadores ganharam. De maneira geral podemos perceber que o processo globalizatório gerou diferentes resultados. Na Ásia a abertura das economias propiciou a diminuição das desigualdades, enquanto que na América Latina os governos totalitários não fizeram apropriada política de distribuição de renda, de forma que, a população não foi diretamente beneficiada pelo enriquecimento das nações.

Na análise de Jürgen Moltmann, a globalização é definida “através da imagem da aldeia global, podemos ver que por causa dos modernos meios de comunicação e transporte, todos somos vizinhos, como na aldeia tradicional.”³ Moltmann analisa a globalização em três grande áreas: política, econômica e religiosa. Na área política é destacada a forte centralização em nações-estado no período da Guerra Fria, e que de certa forma

³ BHAGWATI, J. In: *Defense of Globalization*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 3.

⁴ LINDERT, P; WILLIAMSON, J. Does globalization make the world more unequal? In: WILLIAMSON, J; BORDO, M. (Ed.) **Globalization in historical perspective**. Cambridge, MA: NBER, p. 241-246.

ainda permanece válida. Há quase 30 anos atrás já se vem falando da necessidade de uma mudança de paradigma na visão política, onde cada nação deve subordinar os seus interesses particulares aos interesses da humanidade, e onde os conflitos não podem colocar em risco a sobrevivência da raça humana. Na visão de Moltmann, o próximo passo é a transição de uma política doméstica mundial para uma *common earthpolicy*⁶. Este passo é necessário, pois desastres naturais não respeitam limites nacionais, entretanto as políticas para evitar desastres precisam ser construídas de forma transnacional.

Na área econômica, Moltmann percebe a mudança de foco da última onda globalizatória. De uma economia regulada, onde a balança comercial era o termômetro da saúde econômica, para uma economia neoliberal, sem marcos regulatórios e de livre concorrência. Com isto, as instituições políticas saíram do compasso, não tendo mais poder sobre o mercado não conseguem ir ao encontro das populações que sofrem as consequências da desigualdade. Na economia também é necessária uma mudança de paradigma, de uma economia linear, onde cresce o consumo, cresce a economia; cresce o consumo, cresce a necessidade de recursos naturais, devemos mudar para uma economia que respeita os ciclos da vida no planeta. Uma economia que dá o tempo para que a própria terra se regenere e produza o que é necessário para sustentar a vida.

Na área religiosa Moltmann destaca que muitas religiões surgiram ligadas a estados em particular, como em Roma, na Pérsia, China e Japão, onde havia um deus, um governante, um império. O Budismo é provavelmente a única religião não ligada diretamente a um estado, pois surgiu como religião monástica. As religiões abraamicas tem uma matriz diferen-

⁵ MOLTSMANN, J. A common earth religion: world religions from an ecological perspective. In: **The ecumenical review** 63.1. Genebra, WCC Publication, 2011.

⁶ O termo é de difícil tradução, porém a ideia é a de uma política onde o interesse da terra como um organismo vivo seja prioridade sobre os interesses individuais ou mesmo nacionais.

te. São baseadas no conceito da exclusividade do Deus de Israel. Cristianismo e Islamismo são religiões da história, pois um evento histórico é o evento salvífico e proclamado através de missão. Porém, até mesmo o Cristianismo, até a 1ª Guerra Mundial, esteve ligado ao poder político. Primeiro tornando-se religião oficial romana, e por último como religião oficial de estados europeus. Com a globalização, as religiões são separadas do estado. Os estados modernos são estados laicos, apesar de ainda haver estados religiões, especialmente no mundo árabe. Uma vez que a religião não é mais assunto de bem-estar público, passa a ser assunto particular e pessoal. Todas as religiões passam a ser toleradas e a liberdade de crença individual garantida. No mundo moderno, globalizado e multi-religioso missionários podem utilizar os meios de comunicação para anunciar sua convicção religiosa em uma parte do mundo para outra. De forma que no ocidente é possível haver budistas, e no oriente, pentecostais. As religiões estão em livre concorrência no mercado global.

Diante das modificações que se processaram em todo o globo, as necessidades impostas pela desigualdade e o consumo desenfreado dos recursos naturais, bem como a constante ameaça à vida no planeta, uma questão precisa ser respondida pelas religiões mundiais, e isto inclui a Igreja Cristã: Qual a nossa tarefa e nossa contribuição para a vida no planeta?

2 FÉ QUE CONDUZ À AÇÃO - IMPLICAÇÕES DA DOUTRINA DA JUSTIFICAÇÃO PARA NOSSA AÇÃO SOCIAL

Carlos A. Sintado inicia seu artigo sobre Ecologia Social com uma citação de QuintusSeptimiusFlorensTertullian “O que Atenas tem haver com Jerusalém (...) o que a academia tem haver com a Igreja?”⁷ Nosso

⁷ SINTADO, C. A. Social ecology: a hermeutical framework for reading biblical texts? A Latin American perspective. **In the ecumenical review** 63.1. Geneva, WCC Publication, 2011.

artigo tem por objetivo buscar na Bíblia e na teologia evangélica impulsos para uma prática eclesial e social que contribua para a manutenção da vida no planeta com a dignidade e o respeito que lhe são devidos.

As duas grandes tentações para as Igrejas cristãs em assuntos como política, economia e direito são o quietismo e o ativismo. O **quietismo** nega que a pessoa cristã tenha alguma responsabilidade em se envolver no debate que é chamado por alguns de “secular”. Esta tendência a separar a moral religiosa da moral pública, como se uma não tivesse algo a contribuir para a outra é uma herança do Iluminismo.⁸ Já o **ativismo** representa uma solução de compromisso extremo que tem a tendência de equiparar as conquistas sociais à salvação eterna. O quietismo percebe a fé como algo que só tem a contribuir no âmbito da vida interna (espiritual). O ativismo percebe o comprometimento social como a razão última da sua fé.

Em Jesus Cristo, Deus nos justifica sem mérito ou obras nossas somente pela sua graça mediante a fé. A pessoa, tendo sido resgatada da sua justiça própria pela graça mediante a fé, é transportada para uma relação completamente nova com Deus, consigo mesma, e com o seu próximo. Por isto a justificação leva a pessoa cristã à obediência e, conseqüentemente à ação concreta no mundo, pois a pessoa cristã não vive para mais si mesma (2Co 5.17, cf. tb. Confissão de Augsburg, art. 4).

A fé em Jesus Cristo se expressa como discipulado, o seguimento ao Senhor que chama para um compromisso com seu amor. O discipulado exige a fé e a obediência, ao mesmo tempo em que a fé e a obediência são graça que levam ao discipulado.⁹

Nossas obras, como pessoas cristãs, não são tentativas de agradar a Deus para que com isto Ele se agrade de nós e por conseqüência nos conceda salvação (Confissão de Augsburg, art. 6). Nossas obras são resultado da nova vida concedida por Cristo a nós gratuitamente (Ef 2.10). Temos

⁸ SCHNEEWIND, J. B. **A invenção da autonomia**. São Leopoldo, Unisinos, 2001.

⁹ BONHOEFFER, D. **Discipulado**. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

plena liberdade para agir em favor do próximo, pois somos servos obedientes e em tudo sujeitos a Cristo.¹⁰

Assim como a fé é despertada pela *promissio* do Evangelho, da mesma forma a Igreja é *criatura do evangelho*.¹¹ Fé em Cristo cria comunidade, cria a comunhão daqueles que professam a fé no mesmo Deus Triuno, pois a essência do Deus Trindade é a comunhão das três pessoas. Na comunhão, o discipulado (seguimento) é alimentado, e evoca o testemunho concreto do amor ao próximo, não como lei (obrigação), mas como nova obediência motivada somente por gratidão a Deus pela graça nos concedida em Cristo (Confissão de Augsburg, art. 5).

Um exemplo concreto encontra-se em Atos dos Apóstolos. A comunidade de Jerusalém reunia-se para celebrar sua fé em Cristo, para alimentar os laços de irmandade, com o objetivo de ser uma comunhão que vive na perspectiva da iminente volta de Cristo. Nesta esperança esta comunhão (comunidade) modifica as realidades onde se encontra e por este motivo também acaba por contar com apoio popular (At 2). A comunhão local em torno das dádivas de Deus (Pão e Vinho, Palavra, Oração) é fermento para ação coletiva e individual, porém também é chamada a lembrar-se que é juntamente com outras comunhões locais ao redor do globo o **corpo universal de Cristo**, e com isto chamada a um comprometimento maior com uma causa que é global, pois Jesus Cristo é Senhor sobre todo o cosmos. As Igrejas não devem estar sozinhas, mas lançar mão do diálogo para buscar consensos éticos amparados nas Escrituras que motivem a uma ação coletiva cristã no mundo.

Da mesma forma como a teologia latino-americana sempre buscou o diálogo com as ciências sociais, neste artigo continuamos nesta tradição dialogal, pois não há uma contradição inerente entre fé e a ciência. Lutero

¹⁰ LUTERO, M. **Da liberdade cristã**. 5. ed. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

¹¹ Cf. BAYER, O. **A teologia de Martim Lutero**. São Leopoldo: Sinodal, 2007. p. 31-32; 187.

compreendia a razão como tendo “algo de divino em si”. É uma capacidade para gerenciar conhecimento humano. A razão produz ciência, e isto é fruto da graça criadora de Deus, que fez também a razão como imagem e semelhança do Criador.¹² Desta forma, o diálogo com as ciências sociais, em especial com a economia, poderá trazer bons frutos para nossa reflexão como Igreja. Não cabe a teologia se colocar arrogantemente acima das ciências como a verdade última. Nossa teologia quer em humildade, conhecendo suas limitações impostas pela razão, dialogar criticamente com as ciências, questionando seus compromissos com a vida e com o direito. Por sua vez as ciências nos questionarão até que ponto nosso compromisso com o discipulado de Cristo está sendo levado a sério na prática.¹³ Nenhum saber, nem mesmo o teológico, poderá arrogantemente colocar-se como juíza absoluta de normas e valores, uma vez que sistemas políticos e econômicos são frutos de uma construção social permeada pelo pecado, ainda que na tentativa de sermos justos com todas as pessoas.

2.1 A Igreja e sua relação com a política e a economia

Infelizmente não é possível afirmar que há consenso sobre os temas da política e da economia dentro da Igreja de Jesus Cristo, são antes questões de disputas internas. Sejam disputas motivadas por convicções político-partidárias de grupos cristãos, sejam motivadas por convicções teológicas.¹⁴

Entretanto a confissão de que Jesus Cristo é Senhor soberano sobre toda a criação, como fez a Igreja Confessante durante a Segunda Guerra, é completamente suficiente para manter a unidade da Igreja na sua diversi-

¹² LUTERO. In: BAYER, 2007. p. 115.

¹³ WESTPHAL, E. R. Teologia como fé inteligente: aspectos teológico-filosóficos. In: **Vox Scripturae** 18:1. São Bento do Sul: FLT, 2010. p. 101-108; cf. também TÖDT, H. E. Versuch einer, theorie der urteilsfindung. In: _____. *Perspektiventheologischer Ethik*. München, Chr. Kaiser, 1988. p. 21-48.

¹⁴ Ver seção posterior sobre as visões de justiça distributiva existentes dentro do Cristianismo.

dade de pensamentos.¹⁵ Portanto, nesta seção queremos apresentar alguns tópicos para auxiliar a reflexão teológica de um ponto de vista luterano e latino-americano que nos abra para o diálogo acerca das políticas sociais e econômicas.

a) A Igreja e a(s) Política(s)¹⁶

Deus age no mundo para a salvação eterna e para a manutenção da paz. O Evangelho, através do Espírito Santo, ensina cada pessoa cristã a não fazer o mal e a sofrer a injustiça quando causada pelo testemunho da verdade. O Reino de Deus é governado pelo Evangelho de Jesus Cristo e é por meio dele que Deus concede salvação. O Evangelho não é uma nova lei através da qual Deus quer que o mundo seja governado. Diante de uma realidade democrática, a distinção precisa sublinhar a ação da pessoa cristã na busca por justiça e no fazer o bem ao próximo. A palavra de Lutero incentivando as pessoas cristãs a assumirem funções nos governos pode ser aqui sublinhada.¹⁷

Como nenhum ser humano é justo por natureza, Deus instituiu a Lei para que a maldade não seja praticada conforme a natureza pecaminosa do ser humano. A autoridade civil, com a força da lei, foi constituída por Deus para coibir o mal, a injustiça e manter a paz externa. Sendo a autoridade civil constituída por causa dos desejos maus e a inclinação a devorar uns aos outros, as pessoas cristãs estão submissas à autoridade civil **por amor ao próximo**, pois desta forma ele fará o que é bom e proveitoso para o próximo. Como a autoridade é criação de Deus (Rm 12.1,4), a pessoa cristã pode fazer uso dela (1Tm 4.4) e, como serviço especial a Deus, ela deve também ocupar a função de autoridade, mas nunca para benefício

¹⁵ A DECLARAÇÃO TEOLÓGICA DE BARMEN. IN: **Estudos teológicos**. São Leopoldo: Faculdade de Teologia da IECLB, 1984. n. 2, ano 24. p. 95-97.

¹⁶ Esta seção é um resumo de STAHLHOEFER, A. B. A distinção dos dois regimentos em Lutero: recepção na teologia luterana e implicações para a ética política. In: **Vox Scripturae 17:1**. São Bento do Sul: FLT, p. 93-131. O último parágrafo sobre a recepção do tema nos documentos emitidos pela Presidência da IECLB não consta no artigo acima referido.

¹⁷ LUTERO, M. Da autoridade secular: até que ponto se lhe deve obediência. In: *OSel* 6, 1996. p. 90-96.

próprio. O limite da autoridade civil é nas questões civis: ela pode cobrar impostos, estabelecer leis e julgar infratores, porém não pode exigir fé em algo ou estabelecer leis sobre assuntos de fé pessoal (At 5.29).

Os dois regimentos devem, neste mundo, permanecer um ao lado do outro, pois o regimento do Evangelho cria pessoas cristãs, enquanto que o regimento da lei, por meio da autoridade civil, coíbe o mal e mantém a paz, criando cidadãos e cidadãs. O desejo de Deus é tanto a salvação em Cristo quanto a paz, e por isto é necessário que tanto um quanto outro regimento permaneçam. Os dois regimentos não são duas esferas independentes, mas são duas formas do mesmo Deus e Senhor governar este mesmo mundo, onde pessoas justas e injustas convivem lado a lado.

A Igreja deve ser crítica em relação aos governos e políticas que não promovem a justiça e os direitos humanos, deve defender a causa das pessoas pobres e marginalizadas e com isto demonstrar que ama e que busca justiça em favor da outra pessoa. Na compreensão do uso civil ou político da Lei, fundamentamos que a pessoa cristã deve se envolver nas causas sociais e políticas através de movimentos da sociedade civil organizada que buscam justiça. A pessoa cristã também deve se candidatar a cargos públicos para que possa servir a Deus através da sua função, desempenhando-a com abnegação e amor. Também deve viver responsabilmente diante da sociedade cumprindo as leis estabelecidas, exercendo seu direito ao voto e expressando suas convicções moldadas pela fé em Cristo. A Igreja prega a respeito das Escrituras e da vontade de Deus e cada pessoa cristã deve discernir quais projetos são coerentes com a justiça e o bem. Neste sentido, a fé cristã é crítica com as ideologias e deve cuidar para não abraçar acriticamente ideologias como se fossem cristãs. A diaconia é o meio pelo qual a Igreja age responsabilmente diante da sociedade, envolvendo-se nas áreas da educação, saúde, cidadania, segurança, ecologia e meio ambiente, cultura e esporte.¹⁸

¹⁸ O tema da Diaconia será tratado adiante no artigo.

Como exemplo, tomo a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil que já em 1970, durante o regime militar no Brasil, expressou com clareza seu chamado a ser crítica ao governo (Manifesto de Curitiba).¹⁹ Apresentou seu questionamento sobre a prática de violações aos direitos humanos e suas dúvidas quanto à substituição do ensino cristão pela educação moral e cívica nas escolas. No Natal de 1978, a IECLB se colocou ao lado das pessoas que sofreram violência sob as leis de exceção. Em 1988, o então P. Presidente Brakemeier escreveu sobre a relação Estado e Igreja, conclamando as comunidades a serem críticas diante das propostas dos candidatos/as a vereador/as e prefeito/a. Recentemente o P. Presidente Walter Altmann exortou a que cada um vote de acordo com sua consciência, não se deixando levar pelas manipulações de cunho religioso veiculadas na Internet. Todos estes posicionamentos tiveram como base teológica a distinção dos dois Regimentos e são exemplos práticos de como a Igreja deve continuar sendo crítica, isto é, dialogando a partir da sua ética com as propostas e ideologias políticas. Cada pessoa cristã deverá exercitar seu arbítrio político, mantendo firme sua ética cristã e optando pelas propostas políticas que julgar adequadas. Não cabe a Igreja, nem na sua acepção comunitária, muito menos como corpo nacional ou comunhão global, abraçar ideologias, partidos ou sistemas como se fosse seu próprio modelo de atuação política. Mas no seu papel crítico-profético deve promover a discussão pública e comunitária das ideologias políticas, sociais e econômicas de forma que facilite o conhecimento, o debate e a criação de um senso crítico no seio da comunidade cristã.²⁰

¹⁹ <http://www.luteranos.com.br/articles/8191/1/Manifesto-de-Curitiba—1970/1.html>.

²⁰ A respeito da história do surgimento da consciência sócio-política na IECLB veja SCHÜNEMANN, R. **Do gueto à participação**. São Leopoldo: Sinodal, EST/IEPG, 1992. A respeito do uso do conceito de “dois reinos” ou “regimentos” na história da Igreja Luterana veja DUCHROW, U. **Zwei reiche und regimente. Ideologie ou evangelische orientierung?** Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus, 1997.

b) **Justiça, misericórdia e fidelidade.**

A profecia no Antigo Testamento era caracterizada em primeiro lugar por uma firme consciência do profeta como pessoa chamada por Deus para uma tarefa específica. O profeta e a profetiza tinha consciência do seu dever diante de Deus. Muitas vezes, o profeta e a profetiza deixava suas garantias sociais para viver na dependência de Deus no afã de cumprir a missão a que lhe fora conferida. O foco da mensagem profética não estava no chamado a uma piedade ensimesmada, bem pelo contrário, profetas e profetizas tinham liberdade de criticar a crença nacional que afirmava estarem automaticamente sob a bênção de Deus todas aquelas pessoas que fossem descendentes de Abraão. A profecia ressalta que Deus deseja justiça, misericórdia e fidelidade (Os 6.6, Mq 6.8). O apóstolo Paulo compreende o espírito da profecia quando afirma que o culto que Deus deseja é aquele no qual oferecemos nossa vida toda, sem ressalvas para a obra que Deus quer fazer neste mundo (Rm 12.1). Também com nossas ações em favor das pessoas necessitadas e excluídas cultuamos a Deus (Cl 3.17, 23).²¹

No pensamento ocidental, consideramos que uma pessoa justa é aquela que age de acordo com os princípios da legalidade e da justiça, ou seja, se alguém cumpre as normas determinadas pela sociedade, ela é justa. O pensamento hebraico ressalta a relacionalidade de Deus e do ser humano. Justiça não é definida em termos de conceitos puros, como um critério de imparcialidade medido por uma norma moral absoluta, mas em termos de fidelidade a uma pessoa. Deus é justo, pois se mantém fiel ao seu povo, com quem celebrou uma aliança. Uma pessoa é justa na medida em que se mantém fiel ao seu semelhante. É uma justiça salvífica, que se importa antes com a pessoa. Justiça é salvação, por isto Deus imputou justiça a Abraão (Gn 15.6) e imputa justiça a qualquer pessoa através da fé em Jesus Cristo (Rm 1.16-17). A justiça concedida por Deus a nós é o que nos mantém numa relação de fidelidade com Deus. Tal justiça nos leva a enxergar na pessoa desamparada alguém amada de Deus, alguém que tam-

²¹ VON RAD, G. **Teologia do Antigo Testamento**. 2. ed. São Paulo: ASTE, Targumim, 2006. p. 489ss.

bém é imagem e semelhança do criador. A justiça de Deus também quer alcançar a pessoa desamparada nas suas necessidades básicas uma vez que Deus é fiel a sua comunidade.²²

A fidelidade se mostra no conceito de **solidariedade**. Este conceito tem seu lugar vivencial na família, onde cada um é visto como irmão e irmã e onde, por exemplo, a cobrança de juros é proibida (Ex 22.25). Não se pode querer tirar lucro do seu irmão ou da sua irmã, pois as pessoas da família querem ajudar umas às outras sem receber algo em troca, por simples amor, por solidariedade. No nível estatal, o reino de Israel é reino de “irmãos e irmãs”, neste o rei é chamado a agir com imparcialidade. Este é o mesmo argumento de Lutero em seus escritos a respeito da economia. O Reformador utiliza o argumento filosófico da equidade.²³ Entre dois extremos, deve-se escolher o mediano. Em assuntos econômicos, o rei de Israel deveria garantir a cada pessoa o que é justo, o que lhe cabe por direito por direito. Porém o rei deveria se colocar ao lado das pessoas pobres, das crianças órfãs e da viúva não por causa da solidariedade, mas por **direito e justiça**. É dever do rei dar a estas pessoas o que lhes cabe. O Rei deveria ser fiel às pessoas excluídas, pois são seus “irmãos e irmãs” na comunidade israelita.²⁴

A justificação, portanto, nos compromete com o próximo. Como uma família, nos comprometemos com a solidariedade, com a ação de amor em favor da pessoa necessitada, da pobre, da excluída e da que está sem condições para ter vida digna numa sociedade que objetiva a competitividade, o desempenho e o lucro. Diante de governos e autoridades, devemos clamar por equidade, direito e justiça, dando a cada pessoa o que é devido para que tenha acesso e possibilidade de uma vida digna.

²² VON RAD, 2006. p. 359-372.

²³ RIETH, R. *Economia: introdução ao assunto*. In: OSeI 5, 1995. p. 367-373.

²⁴ Cf. KLEINE, M. Solidariedade no Antigo Testamento. Três modelos e sua relevância para a ética cristã. In: *Vox Scripturae* 17:1. São Bento do Sul: FLT, 2009. p. 27-40.

Compreendemos que ser justo é ser fiel a Deus e à nossa comunidade em amor ao próximo, entendida não só num sentido de grupo eclesial, mas num sentido amplo, que engloba toda a pessoa humana, sem quaisquer distinções.

c) Graça, amor e economia

O que tem graça e amor em comum com a economia? Economia tem sua raiz no grego *oikos*, a casa, mesma raiz das palavras ecumenismo e ecologia. Ambas as palavras tem o seu foco na relação existente dentro da casa, o habitar juntos. Habitamos este planeta chamado Terra e cremos que ele é boa criação de Deus (assim como todo o cosmos). A criação não é fruto da nossa capacidade inventiva e transformadora, é dádiva de Deus, especificamente da graça de Deus. A história da criação nos ensina que nossa tarefa neste mundo é cultivar e cuidar. Somos responsáveis conjuntamente pela administração desta casa chamada Terra.

Por um lado, o testemunho bíblico compreende este mundo como criação de Deus e, portanto, as terras como um bem universal. Por outro lado, o povo de Israel recebeu ordem de repartir a terra prometida e conquistada entre as tribos (Nm 34.18). Cria-se assim um sistema onde há propriedade privada, porém num molde coletivo: a cada 50 anos as terras vendidas deveriam voltar ao proprietário original (Lv 25.10). A terra também não pode ser explorada como uma escrava, ela merece descanso a cada sete anos (Lv 25.4). Este descanso propicia a terra o tempo necessário para se regenerar e assim ter a força necessária para continuar a produzir o alimento necessário. Este ciclo natural de trabalho e descanso fora previsto no Decálogo mosaico (Êx 20) e aqui se aplica também a terra. A agricultura, pecuária, silvicultura, pesca, e o extrativismo mineral modernos não somente desrespeitam a Escritura, mas também afrontam o ciclo natural da vida, e por isto exaurem as forças da terra não sendo capazes de forne-

cer energia de fontes realmente renováveis e ecologicamente corretas. A terra não fora dada para benefício individual, mas para toda pessoa humana, pois tanto estrangeiros quanto pessoas empobrecidas tinham o direito de buscar o seu alimento a partir do excedente de produção (Lv 19.10, 23.22). Até mesmo os animais tinham o direito de se alimentarem da plantação em que estavam trabalhando, não deviam ser amordaçados durante o trabalho (Dt 25.4). A terra de Canaã é teologicamente para Israel uma dádiva imerecida, pois sua conquista é fruto da mão do Senhor.

Por vezes em Israel esta compreensão da terra como dádiva não foi levada a sério. Na época do reino dividido, os profetas e as profetizas foram por Deus chamadas a levantaram a voz contra a injustiça social. Miquéias acusa os latifundiários que roubam as propriedades do povo pobre. Como consequência, o profeta afirma que tais pessoas não participarão da promessa graciosa de uma futura divisão de terras promovida por Deus (Mq 2.1-5). Isaías igualmente proclama juízo de Deus contra os latifundiários que tomam as terras das pessoas pobres (Is 5.8s). A acusação não é contra a quantidade de terras, mas pelo meio fraudulento e injusto através da qual elas foram obtidas. A falta de amor e da compreensão de que a terra é dádiva da graça de Deus fazem com que o ser humano se entregue à ganância, e por fim à injustiça.

Lutero compreendia que a ganância, a injustiça e o desamor como frutos da radicalidade do pecado humano. Sua relação de inimizade e afastamento de Deus confluem em ações de injustiça ou na passividade que não produz mudanças reais.²⁵ Somente pela fé na graça oferecida a nós por causa da obra de Cristo na cruz é que a humanidade encontra possibilidade para perceber este mundo sob a perspectiva do amor. Quando Deus nos torna justos diante dele, por intermédio da fé somente, somos reconcilia-

²⁵ LUTERO, M. Da vontade cativa. In: *OSel* 4, 1993. p. 11-216. Cf. também SKINNER, Q. **The foundations of modern political thought**. v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. p. 4-6.

dos com Deus, com nosso próximo e conosco mesmos. E pela obra reconciliadora de Cristo, no poder do Espírito Santo, podemos agir em conformidade com o amor de Deus.²⁶

Por isto Paulo pode afirmar que a fé atua no amor (Gl 5.6). O amor de Deus é este, que seu Filho Jesus veio ao mundo para dar a sua vida em resgate de muitas pessoas, e agora nós somos chamados/as a dar a nossa vida pelo próximo (1Jo 3.16). O princípio do Evangelho é o amor de Deus. A graça é a manifestação concreta do amor, pois dá sem esperar algo em troca. A graça é incompreensível para a mentalidade do mercado. Por isto Lutero chama de comércio maravilhoso onde Jesus “comprou” nosso pecado ao preço da sua própria vida e nos presenteou com reconciliação. Se já recebemos tudo de graça, porque não repartirmos tudo por graça? Não se trata aqui de uma obra meritória, pois não há nada que façamos que possa pagar de volta aquilo que Deus fez por nós em Cristo. Nossa resposta é apenas gratidão!

Por um lado precisamos encontrar iniciativas dentro de nossas comunidades para que pratiquem o amor ao próximo, gratidão, partilha e auxílio mútuo. A comunidade cristã pode fazer diferença na comunidade civil ao seu redor. Isto é diaconia, é serviço em amor ao próximo.

Por outro lado, o mundo na sua lógica antidivina não pode compreender a graça e o amor de Deus. O Evangelho não é plano de política econômica que deva ser imposto à sociedade. Entretanto as pessoas cristãs devem levantar dentro da sociedade o questionamento sobre as estruturas econômicas que não estejam favorecendo o amor ao próximo. Na Bíblia encontramos diversas denúncias a sistemas econômicos corruptos. Em Apocalipse 6.5-6, o cavalo negro é a fome, que traz consigo a inflação que consome o valor do dinheiro da pessoa pobre, que precisa comer sempre algo mais barato. O mesmo sistema econômico, por outro lado, continua

²⁶ Cf. Confissão de Augsburg, art.4 (Da Justificação); cf. também WESTPHAL, E. R. O significado da fórmula “por causa de Cristo“. In: **Estudos teológicos**, 2003. 43:1.

fartando a mesa das pessoas ricas com o melhor dos frutos da terra. Lutero conclamou pregadores e pastores para que alertassem as pessoas cristãs a respeito das estruturas econômicas injustas de sua época. Para o Reformador, há urgência escatológica em denunciar a injustiça: “Nós pregadores temos que pregar para que estejamos desculpados em seu dia derradeiro”.²⁷ Porém não podemos ficar num denunciamento inerte, temos o direito de exigir que todas as pessoas tenham acesso igual à alimentação, habitação, saúde, educação, cultura, esporte, e com qualidade, porém devemos nos empenhar para concretizar projetos que efetivamente colaborem na mudança do cenário social.

d) “Cuidar e guardar” – o imperativo ecológico

No primeiro relato da criação conforme o livro de Gênesis (Gn 1.1-2.4a) lemos no v.28 a seguinte ordem de Deus: “Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e **sujeitai-a; dominai** sobre (...)”. Este versículo favoreceu a interpretação de que a terra era objeto de domínio do ser humano, e que este teria o direito divino de explorá-la em busca, não só do próprio sustento, mas em busca de autorrealização econômica. Segundo Eugen Drewermann este seria o versículo bíblico que foi seguido mais ao pé da letra nos últimos tempos.²⁸ E de fato, ao olharmos para a degradação do meio ambiente, para o buraco na camada de ozônio, para o aquecimento global e para as catástrofes naturais ocorridas no Brasil nos últimos dois anos (sequências de enchentes, secas, desbarrancamentos, ciclones e vendavais, até pequenos tremores de terra), fica a pergunta: qual é a responsabilidade do ser humano diante de tudo isto? Como pessoas cristãs, ao lermos o versículo citado, acabamos legitimando a destruição da natureza como se ela fosse simplesmente nossa serva.

²⁷ LUTERO, M. Aos pastores para que preguem contra a usura. In: *O Sel* 5, 1993. p. 491.

²⁸ DREWERMANN, E. **Religião pra quê? Buscando sentido numa época de ganância e sede de poder.** São Leopoldo: Sinodal, 2004. p. 07.

Entretanto, no segundo relato da criação (Gn 2.4b-25) no versículo 15, temos: “Tomou, pois, o SENHOR Deus ao homem e o colocou no jardim do Éden para o **cultivar** e o **guardar**.” Cultivar e guardar, numa primeira leitura, estão em flagrante oposição a sujeitar e dominar. O cultivo é a atividade preponderante do agricultor e da agricultora, daquela pessoa que prepara a terra. O jardim foi dado ao primeiro casal não como posse, mas como dádiva que exigia trabalho e cuidado. A tarefa do casal era cultivar e tomar conta da terra. É dada uma responsabilidade conjuntamente com a dádiva. Na narrativa javista de Gn 2 os animais são chamados à presença do homem que lhes dá nomes, e assim participa no processo criacional. Os animais serão parceiros da humanidade na tarefa agrícola e de proteção da terra, ao servirem o homem e a mulher com seu trabalho.²⁹

Por sua vez, o verbo sujeitar em hebraico tem a conotação de reduzir a escravidão, pisotear, amassar. Quem sofre a sujeição é a terra. Já o verbo dominar também pode ser traduzido por governar, exercer poder sobre. Quem sofre a ação são os animais.³⁰

A leitura separada dos textos e individualizada, sem dúvida nos levará a uma interpretação errônea de que o governo que Deus concede a humanidade sobre a terra é arbitrário e coercitivo somente. Ao colocarmos as duas narrativas lado-a-lado queremos demonstrar que, se por um lado o meio ambiente é o local de domínio da raça humana, por outro ângulo ele também é, ao mesmo tempo, parceiro do ser humano, criatura de Deus, objeto da nossa responsabilidade. Ou seja, governar a terra (Gn 1.26) é uma tarefa que exige força, mas igualmente sabedoria, responsabilidade, e sobretudo, amor cristão.³¹ A criação aguarda a revelação dos filhos e das filhas de Deus (Rm 8.22-23) e, por enquanto, suporta angústias e geme de dores por tudo que é

²⁹ SCHMIDT, W. H. **A Fé do Antigo Testamento**. São Leopoldo: Sinodal, 2004. p. 258, 263.

³⁰ Cf. DREWEMAN, 2004, p. 7ss.

³¹ SILVA, M. Fé cristã e meio ambiente. In: CBE. **Missão Integral**. Viçosa: Ultimato; Belo Horizonte: Visão Mundial, 2004. p. 91-100.

feito contra ela. A expectativa da nova criação é grande (Is 11.6, 65.25; Ap 21.5) porém ainda não vivemos na nova criação, por outro lado já agora experimentamos a graça de Deus. Não faremos deste mundo a nova criação, mas não podemos cruzar nossos braços e apaticamente aguardar o irromper escatológico de Deus. A esperança escatológica quer nos fazer agir já agora, pois temos no dia de hoje uma tarefa de cuidar, zelar e amar o que Deus criou. Para Lutero, Deus na criação instituiu o estamento da casa “oikos” como espaço de vivência e obtenção do pão diário. A vivência humana exige responsabilidade, pois está diretamente ligada ao estamento “espiritual”, a relação com Deus, o criador. A partir da relação entre palavra e fé, vivemos nossa relação “ser humano um com o outro” e “ser humano com a criação”. A palavra que nos convida à fé é a mesma palavra que nos responsabiliza um com o outro e com a criação em amor.³²

Por causa do amor não consideraremos a criação como uma coisa que está aí para ser consumida e degradada conforme as necessidades humanas. Uma leitura rasa dos textos bíblicos pode conduzir a uma legitimação dos processos de degradação do meio ambiente. Entretanto, sublinhamos aqui o recente chamado de teólogos como Jürgen Moltmann e Carlos A. Sintado para uma hermenêutica que considere a terra como um bem comum de todos. Que coloquemos a criação como um todo acima de nós mesmos, ainda que o Salmo 8 nos indique que a pessoa humana seja a coroação da criação, está coroa não poderia ser lida como um legitimação de um poder dominador, antes como responsabilidade para proteger. Moltmann propõe uma inversão no esquema Deus-homem-terra, para um novo paradigma Deus-terra-homem. No velho paradigma o ser humano estava abaixo de Deus e acima da criação, porém esta hierarquia de valor favoreceu a um domínio irresponsável da terra. Mesmo o antigo Israel com toda a legislação que previa descanso para a terra, perdão das dívidas,

³² Cf. BAYER, O. 2007, p. 87ss.

alimento para o pobre, dignidade até mesmo para o animal nos campos, experimentou desigualdade e injustiça social. O novo paradigma propõe inverter os valores, onde o bem comum da terra é colocado acima dos desejos do ser humano. Onde a interdependência está acima da individualidade. De forma que Deus permaneça sendo confessado como o Senhor do cosmos, mas onde o ser humano, em amor busca primeiro o interesse da criação, e não o seu próprio.

e) “A imagem de Deus os criou” – o valor da pessoa humana

Vida na perspectiva biológica é simplesmente uma função bioquímica. Ao cessarem as funções bioquímicas do cérebro, o indivíduo entra em morte cerebral (ainda que as células do corpo ainda estejam vivas – o que possibilita um transplante, por exemplo). O ser humano enquanto usina bioquímica não é diferente do animal, o que o diferencia é sua consciência. Neste sentido, a partir do racionalismo o ser humano é definido enquanto ser que pensa [*res cogitans*] e ser material (corpo) [*res extensa*], levando assim à máxima de Descartes “*cogito ergo sum*” [penso, logo sou]. O ser humano na filosofia racionalista-cartesiana é definido pela capacidade de consciência. Teologicamente consideramos vida uma dádiva de Deus. O corpo humano é também uma usina bioquímica. Ainda que a concepção oriental (hebraica) seja pré-científica ao compreender o ser humano como moldado do barro, o compreende como feito da mesma matéria que a natureza criada. O ser humano também é transitório e “bioquímico”. O ser humano não é algo mágico. Nisto a teologia hebraico-cristã é bem realista. Porém, vida é dádiva, pois o ser humano moldado do barro, ainda sem vida, recebe-a de fora como sopro que Deus insufla nas narinas do ser humano. Este sopro de Deus promove vida no ser humano. E este passa a ser definido como “alma vivente” [ser com vida].

O relato de Genesis 1, por sua vez, atesta que o ser humano foi criado a imagem e semelhança do criador. Estes termos cognatos designam a intenção do criador em que sua criatura fosse seu representante fiel na Terra,

responsável pela administração do maravilhoso empreendimento de Deus. Enquanto o pensamento racionalista considera o ser humano um ser enquanto pensa, e de acordo com o pensamento pós-moderno, enquanto é útil, a partir dos dois relatos da criação percebe-se que o ser humano é definido enquanto ser na relação com seu criador (imagem e semelhança do criador; e ser que recebe vida a partir de fora). A dignidade do ser humano não se encontra no que faz, ou no que é em si mesmo, mas no fato de ser criado por Deus. Por isto a vida humana é algo sagrado e todo ser humano é digno por ter sido criado por Deus, e igualmente por ter sido amado por Deus, em Cristo Jesus.

A vida humana não está à disposição do mercado ou do governo. Não se pode dispor da vida humana para fins de pesquisas sem um consentimento realmente livre e esclarecido.³³ Igualmente a força de trabalho não está à disposição do mercado sem justa recompensa. Condena-se assim toda forma de escravagismo, inclusive aquela que é velada através do pagamento de somas irrisórias e completamente injustas, beneficiando grandes empresas em detrimento da saúde e da dignidade de vida das populações empobrecidas. Cabe aos governos, e na omissão deles ao terceiro setor, a defesa da vida humana, da sua dignidade, do direito ao trabalho com justa remuneração, da educação de qualidade, do acesso à saúde, esporte, lazer e cultura, da garantia das liberdades individuais e do respeito às suas crenças e valores individuais.

Importante observar que o primeiro relato atesta que o ser humano foi criado “homem e mulher” (literalmente “macho” e “fêmea”), não diferenciando os dois gêneros como sendo um mais importante que o outro diante de Deus. O relato, pelo contrário, atesta a igualdade de ambos diante do criador. Já o segundo relato, mais polêmico, afirma que a mulher foi criada da “coste-

³³ Há relatos de que populações em países pobres são submetidas a experimentos científicos sem um consentimento livre, pois foram induzidos por motivos econômicos e políticos, ou mesmo coagidos a participarem das pesquisas. Nestes casos o consentimento também não é esclarecido, pois os objetivos das pesquisas não são deixados claros para quem dela participa, e não é oferecido suporte médico e justa compensação pela participação. Cf. WESTPHAL, E. R. **Oitavo dia**: na era da seleção artificial. São Bento do Sul: União Cristã, 2004. p. 39-66.

la”, mais precisamente “do lado”. O vocábulo hebraico utilizado significa também coluna, viga de sustentação, o que pode indicar uma relação estrutural entre homem e mulher. Em Genesis 2.23, o homem exclama que a mulher foi feita ossos dos seus ossos e carne da sua carne. Há uma identificação profunda, relacional, e intensa entre homem e mulher. O texto não pode ser usado no sentido de menosprezar o papel da mulher, mas para demonstrar a mutualidade que pode existir entre homens e mulheres, desfazendo assim uma tradição que colocou a mulher numa posição de completa submissão à vontade masculina. Não é possível concordar com posições que inferiorizam a mulher no mercado de trabalho, no acesso à educação, à saúde, muito menos legitimar qualquer forma de violência física ou verbal. A igualdade de homem e mulher está dada na criação e igualmente em Cristo (Gl 3.28), e por isto precisamos defender o direito da mulher.

A imagem de Deus não se refere somente às pessoas adultas. Já mencionamos que o paradigma racionalista considerava o ser humano apenas quanto à sua racionalidade. Esta lógica é quebrada ao considerarmos o ser humano enquanto criado à imagem e semelhança de Deus. Igualmente são imagem e semelhança de Deus crianças, idosos, povos indígenas, populações marginalizadas, encarcerados, moradores de rua, entre outros contingentes populacionais em situação de risco social, exclusão, pobreza e marginalização. Jesus Cristo disse: “deixai vir a mim as criancinhas, não as impeçam, pois delas é o Reino dos céus” (Mc 10.14). O profeta Zacarias anuncia tempos em que novamente idosos e idosas estarão nas praças. Toda a pessoa humana é amada por Deus e, portanto, precisa ter seu direito assegurando, priorizando-se aquelas que têm sofrido injustiça, pobreza, a falta de oportunidades, a exclusão.

Uma leitura bíblica que não leve em conta as desigualdades de gênero, raça, idade, condição social vão perpetuar as violências sociais já em curso e permitir que os processos globalizatórios continuem a provocar mais vítimas. Carlos Sintado apontou para a necessidade de uma hermenêutica bíblica que dê prioridade para o marginalizado, o empobre-

cido, que ressalte a interdependência entre as pessoas humanas e o todo da criação, e que priorize a unidade na e da diversidade. Em Cristo somos um, e isto deve significar algo concreto na vida de cada pessoa, não apenas um axioma teológico sem aplicação prática.

f) O papel da diaconia na mudança do cenário social e econômico

Segundo Kjell Nordstokke “a diaconia é a ação, a partir da identidade cristã, num contexto de sofrimento e injustiça, com a finalidade de transformar”.³⁴ Ela não é o fruto de uma reflexão ética, mas fruto do agir gracioso de Deus em Cristo que “veio para servir” (Mc 10.45) e nos chama para o serviço (Mc 10.44). Na justificação a pessoa cristã é feita nova criatura e chamada a viver em novidade de vida. Não é a nova ética que promoverá a diaconia, mas o estar em Cristo, expresso no discipulado que inclui o serviço (diaconia). Serviço que surge como gratidão, pois Deus em Cristo demonstra sua graça transformadora.

A justificação insere a pessoa cristã na comunhão do corpo de Cristo. Através da vívida figura do corpo, apresentada pelo Apóstolo Paulo, é demonstrado que quando um membro sofre, todo o corpo sofre. Há mutualidade na comunhão. A comunhão do corpo de Cristo possibilita rompermos as barreiras do individualismo, pois em Cristo estamos unidos àquela pessoa que sofre. Se como pessoas cristãs, pertencemos a um só corpo, e em Cristo está dada nossa comunhão, igualmente como pessoas criadas à imagem e semelhança de Deus pertencemos ao gênero humano, e no ato gracioso e de amor da criação está dada nossa comunhão com toda pessoa humana. A diaconia expressa o amor da comunidade cristã em favor de toda a comunidade humana. Porque cremos no agir transformador de Cristo através da

³⁴ NORDSTOKKE, K. Diaconia. In: SCHNEIDER-HARPPRECHT, C. (Org.) **Teologia prática no contexto da América Latina**. São Leopoldo: Sinodal, ASTE, 1998. p. 268-290. Cf. também as propostas em Diaconia do plano de ação missionária da IECLB: PINTO, H. (Org.). **Missão de Deus**: nossa paixão. São Leopoldo: Sinodal, 2008. p. 46-50.

graça de Deus, cremos que a diaconia é a expressão em ação da graça que transforma o mundo através de pessoas e igrejas cristãs.

Desde a década de 1960, o conceito de diaconia passa por uma mudança. A nova consciência política desde 1970 aponta para o desenvolvimento e mudança social. A diaconia como uma assistência das Igrejas em favor dos necessitados tornou-se um conceito antiquado, assevera Nordstokke. Em 1986, o CMI organizou uma Consulta sobre Diaconia no Chipre que definiu diaconia como “expressão viva de testemunho cristão em resposta às necessidades e desafios da comunidade em que cristãos e as igrejas vivem”.³⁵ Segundo esta Consulta, a diaconia deve responder aos dilemas da globalização através de uma “globalização de baixo”. Isto significa empoderar pessoas para responderem em ações de paz e amor, como sujeitos do desenvolvimento social, tendo uma teologia que proclame a importância e o valor da vida humana. Para o empoderamento e a transformação, a diaconia reconhece o poder dos pobres e excluídos. Poder este que é dado pelo próprio Cristo, que confere autoridades às pessoas discípulas para que possam agir em seu nome.

Em 2001, a Federação Luterana Mundial organizou a Consulta sobre Diaconia Profética em Johannesburgo. Por *profética* a diaconia entende a luta dos profetas do Antigo Testamento pela justiça social. Enquanto *ação* a diaconia comunica a mensagem de que novos tempos virão e defende a justiça, desmascarando injustos e firmando um compromisso em favor do direito dos excluídos.³⁶

Portanto, a diaconia não é como uma poderosa ação social das igrejas, mas como um empoderamento do Espírito de Deus. Reconhecemos que não somos por si mesmos os sujeitos da transformação social, mas cremos que Deus empodera a sua Igreja, o Corpo Universal, para a transformação.

³⁵ KLAUS, P. (Ed.) **Called to be neighbours**: diaconia 2000. Official Report WCC World Consultation, Inter-church Aid, Refugee and World Service Lanarca 1986. Genebra: WCC, 1987.

³⁶ Cf. NORDSTOKKE, K. Diaconia: uma perspectiva ecumênica e global. In: **Estudos teológicos**, v. 45, n.1. São Leopoldo: EST, 2005. p. 13-16.

Uma das possíveis maneiras de as Igrejas promoverem concretamente o empoderamento para a transformação é através da criação de entidades do Terceiro Setor. Estas entidades terão a possibilidade de criar espaços de comunhão entre pessoas cristãs, e de outras religiões e credos, que tenham o mesmo objetivo de transformação no cenário sócio-econômico. As entidades do Terceiro Setor podem manter ligação com a Igreja, e ao mesmo tempo cooperar com o poder público, empresas privadas e com a sociedade civil para a promoção das suas finalidades sociais. A partir das demandas sociais encontradas no trabalho numa entidade do Terceiro Setor, surgirão temáticas que deverão ser debatidas com a comunidade civil. A diaconia não é ação política, porém, promoverá tal debate político e a colaboração social para a construção de políticas públicas justas e que promovam a transformação. Desta forma a diaconia pode colaborar na transformação do cenário político.

Como exemplos de ações diaconais que visam à transformação, podemos citar as seguintes demandas sociais: promoção da agricultura sustentável e orgânica, de melhores condições e acesso à habitação, acesso à saúde e assistência social, defesa dos direitos humanos, direitos das mulheres, crianças e idosos, superação da violência, das desigualdades econômicas e sociais, dos preconceitos, na geração de emprego e renda, na promoção de práticas comerciais justas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo globalizatório, em suas diferentes ondas, trouxe tanto benefícios quanto problemas, hora para uns, hora para outros. Entretanto a onda neoliberal, principalmente nos momentos de crises econômicas mostra sua pior faceta favorecendo o empobrecimento, demonstrando dificuldade em dar respostas rápidas à população, porém fazendo grandes esforços para salvar-se a si mesma, enquanto mercado global. É inevitável que

vivamos numa “vila global”, entretanto podemos buscar meios de maximizar benefícios e minimizar problemas.

Como Corpo de Cristo, a Igreja pode maximizar benefícios ao compreender-se a si própria como missionada para a salvação integral de toda pessoa humana. Isto significa que a Igreja tem tanto a tarefa de anunciar a salvação eterna por meio do Evangelho, quanto proclamar que Deus concede vida em abundância. Se o desejo de Deus é vida em abundância, e se o desejo de Deus é amor, então toda e qualquer pessoa é alvo do amor de Deus que deseja resgatar vidas e conceder condições mínimas para uma vida com dignidade. Por isto a Igreja deve unir-se a pesar das diversidade, deve compreender-se como uma unidade na e da diversidade. Não advogamos um sistema eclesiástico único, muito menos uma única maneira de expressar a fé cristã. Antes, apenas um consenso mínimos a respeito daquilo que efetivamente podemos fazer juntos, tarefa que Deus deu na criação ao primeiro casal e que portanto, serviria para qualquer ser humano indistintamente: sermos bons cuidadores da nossa casa (oikos). Não temos desculpas enquanto Igreja conhecedora das Escrituras! Precisamos nos despir dos nossos preconceitos teológicos, das nossas diferenças denominacionais e projetos individuais. Não haverá futuro para nós se hoje não nos lançarmos em um projeto de cuidado com o todo da criação. Estamos todos na mesma casa e se efetivamente confessamos a mesma fé no Deus Triúno é urgente unirmos na diaconia, no serviço ao próximo! Isto não quer dizer que devemos abandonar a pregação, a evangelização, isto permanece tarefa de cada cristão, de cada igreja local. Mas como Igreja global precisamos fazer algo em conjunto pela terra, em amor!

Urge proclamar a toda a Igreja: os projetos denominacionais devem ser subordinados às necessidades do nosso planeta! Não haverá quem nos ouço se não fizermos diferença em nosso planeta hoje. Nossa pregação não fará sentido a menos que nossas atitudes demonstrem o verdadeiro amor de Cristo. Se nossa missão não for integral, podemos falar muito às “almas”, mas não faremos diferenças para as vidas das pessoas.

REFERÊNCIAS

- MOLTMANN, J. **A common earth religion**: world religions from an ecological perspective. In: *The Ecumenical Review* 63.1. Genebra, WCC Publication, 2011.
- LINDERT, P. & WILLIAMSON, J. Does Globalization Make the World More Unequal? In Williamson, J.; Bordo, M. (Ed.) **Globalization in historical perspective**. Cambridge, MA: NBER, 2003.
- BHAGWATI, J. In: **Defense of globalization**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- SINTADO, C. A. Social ecology: a hermenetical framework for reading biblical texts? A Latin American perspective. **In the ecumenical review** 63.1. Genebra, WCC Publication, 2011.
- SCHNEEWIND, J.B. **A invenção da autonomia**. São Leopoldo, Unisinos, 2001.
- BONHOEFFER, D. **Discipulado**. 2. ed. São Leopoldo, Sinodal, 1984.
- LUTERO, M. **Da liberdade cristã**. 5. ed. São Leopoldo, Sinodal, 1998.
- BAYER, O. **A teologia de Martim Lutero**. São Leopoldo: Sinodal, 2007.
- WESTPHAL, E. R. Teologia como fé inteligente: aspectos teológico-filosóficos. In: **Vox Scripturae 18:1**. São Bento do Sul: FLT, 2010.
- TÖDT, H. E. Versuch einer ,theorie der urteilsfindung. In: _____. *Perspektiventheologischer ethik*. München, Chr. Kaiser, 1998.
- A DECLARAÇÃO TEOLÓGICA DE BARMEN. IN: **Estudos Teológicos**, no. 2, ano 24. São Leopoldo: Faculdade de Teologia da IECLB, 1984.
- STAHLHOEFER, A. B. A distinção dos dois regimentos em Lutero: recepção na teologia luterana e implicações para a ética política. In: **Vox Scripturae 17:1**. São Bento do Sul, 2009.
- LUTERO, M. Da autoridade secular até que ponto se lhe deve obediência. In: *OSel* 6, 1996.
- SCHÜNEMANN, R. **Do gueto à participação**. São Leopoldo: Sinodal, EST/IEPG, 1992.
- DUCHROW, U. **Zwei reiche und regimente. Ideologie ou evangelischeOrientierung?** Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus, 1977.

VON RAD, G. **Teologia do Antigo Testamento**. 2. ed. São Paulo: ASTE, Targumim, 2006.

RIETH, R. **Economia**: introdução ao assunto. In: *OSeI* 5, 1995.

KLEINE, M. Solidariedade no Antigo Testamento. Três modelos e sua relevância para a ética cristã. In: ***Vox Scripturae* 17:1**. São Bento do Sul: FLT, 2009.

LUTERO, M. **Da vontade cativa**. In: *OSeI* 4, 1993.

SKINNER, Q. **The foundations of modern political thought**. v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

NORDSTOKKE, K. Diaconia. In: SCHNEIDER-HARPPRECHT, C. (Org.) **Teologia prática no contexto da América Latina**. São Leopoldo: Sinodal, ASTE, 1998. p. 268-290.

PINTO, H. (Org.) **Missão de Deus**: nossa paixão. São Leopoldo: Sinodal, 2008.

WESTPHAL, E. R. O significado da fórmula “por causa de Cristo”. In: **Estudos teológicos**, 43:1.

LUTERO, M. Aos pastores para que preguem contra a usura. In: *OSeI* 5, 1995.

DREWERMANN, E. **Religião pra quê? Buscando sentido numa época de ganância e sede de poder**. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

SCHMIDT, W. H. **A fé do Antigo Testamento**. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

SILVA, M. Fé cristã e meio ambiente. In: CBE. **Missão integral**. Viçosa: Ultimato, Belo Horizonte: Visão Mundial.

WESTPHAL, E. R. **O oitavo dia**: *na era da seleção artificial*. São Bento do Sul: União Cristã, 2004.

KLAUS, P. (Ed.) **Called to be neighbours**: diaconia 2000. Official Report WCC World Consultation, Inter-church Aid, Refugee and World Service Lanarca 1986. Genebra: WCC, 1987.

NORDSTOKKE, K. Diaconia: uma perspectiva ecumênica e global. In: **Estudos teológicos**, v. 45, n.1. São Leopoldo: EST, 2005.